



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

### CONCURSO PÚBLICO

# 010. PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

## PROCURADOR JURÍDICO B

- ◆ Você recebeu este caderno contendo um tema de peça processual a ser desenvolvido.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno.
- ◆ Assine apenas no local indicado na capa.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Redija o texto definitivo com caneta de tinta azul ou preta, no espaço reservado para tal. Os rascunhos não serão considerados na correção.
- ◆ Será atribuída nota zero à prova que:
  - ◆ contiver, no corpo deste caderno, nome, rubrica, assinatura, sinal, informação ou qualquer marca, feita pelo candidato, que possa permitir sua identificação;
  - ◆ apresentar sinais de uso de corretor de texto ou de caneta marca-texto;
  - ◆ for escrita a lápis ou com caneta de tinta de cor diferente de azul ou preta, em parte ou na totalidade;
  - ◆ estiver faltando folhas, em branco ou na qual o texto definitivo estiver redigido fora do espaço reservado para tal;
  - ◆ apresentar letra ilegível e/ou incompreensível;
  - ◆ apresentar textos sob forma não articulada verbalmente ou não for escrita em português;
  - ◆ fugir ao tema ou apresentar peça jurídica inadequada à proposta.
- ◆ A duração da prova é de 2 horas, já incluído o tempo para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.



CÂMARA MUNICIPAL DA  
ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Concurso Público  
**010. PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL**  
PROCURADOR JURÍDICO B

**NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO**



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA**

CONCURSO PÚBLICO

## **010. PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL**

PROCURADOR JURÍDICO B

**PARA USO DA VUNESP**

**NÃO ESCREVA NESTA PÁGINA**

## PEÇA PROCESSUAL

A Câmara Municipal de Bragança Paulista impetrou mandado de segurança contra o Secretário da Educação de São Paulo que, por meio de Resolução, determinou a municipalização de escolas estaduais sem que houvesse autorização legal daquele Município.

O Prefeito não se opôs à transferência impugnada, quedando-se inerte e assim agiu por ter assinado convênio com o Estado, firmando cooperação técnica em matéria de ensino. Alegou, assim, que caberia a ela, Câmara Municipal, ingressar em juízo em defesa dos interesses locais, notadamente no que diz respeito às necessidades orçamentárias do Município.

Depois de indeferir o pedido de liminar, o Tribunal de Justiça de São Paulo, em acórdão prolatado por maioria de votos, denegou a segurança e extinguiu o processo, nos termos do art. 267, VI, do CPC, por falecer à impetrante além da capacidade processual para estar em juízo também a legitimidade ativa, eis que a pessoa jurídica é o Município, não tendo a Câmara personalidade jurídica nem autonomia orçamentária para discutir questões como as retratadas na hipótese vertente.

Apresente a peça processual cabível para defender os interesses da Câmara Municipal de Bragança Paulista.

Em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço.

RASCUNHO

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**





**PEÇA PROCESSUAL**

Em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço.

RASCUNHO

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**











